

Ação contra a inadimplência

BC anuncia hoje medidas para reduzir risco de empréstimos e juros ao consumidor

Editoria de Arte

Sheila D'Amorim, Cristiane Jungblut e Cristina Canas

BRASÍLIA e SÃO PAULO

O principal alvo do pacote de medidas que o Governo anuncia hoje para reduzir os juros cobrados de empresas e consumidores é a inadimplência. O atraso nos pagamentos é apontado como um dos fatores que torna tão elevada a diferença entre a taxa básica da economia e a que é cobrada nos empréstimos. Por isso, segundo o presidente Fernando Henrique, o Governo vai encaminhar ao Congresso propostas de mudança na legislação para diminuir o risco dos bancos na concessão de empréstimos e, conseqüentemente, o custo final do crédito.

Além de propor instrumentos legais que assegurem a recuperação do crédito de forma mais fácil, o Governo pretende facilitar a cobrança de dívidas em atraso ou que estão sendo alvo de contestação judicial. A idéia é que um consumidor que esteja discutindo na Justiça o índice de correção de sua dívida, suspensão do pagamento só dessa diferença, mas continue pagando o principal.

BC reduzirá compulsórios

• O presidente disse ontem, durante o lançamento da nova linha de financiamento habitacional da Caixa Econômica Federal, que o Governo vai manter a política de redução dos juros e que precisará da compreensão do Congresso para implementar essas ações. Citando como exemplo a inadimplência no setor imobiliário, o presidente disse que é preciso acabar com a mentalidade de que é mais fácil não pagar dívidas.

— Vamos precisar da compreensão do Congresso, porque uma das razões pelas quais há resistência na questão da taxa de juros é o problema da nossa legislação que pseudo

apóia o devedor — disse.

O Banco Central também quer estimular a concorrência entre os bancos e, para isso, vai divulgar na Internet as taxas cobradas pelas instituições financeiras. Também deverão ser anunciadas reduções na alíquota de compulsórios sobre depósitos à vista de 65% para 55% e no IOF que incide sobre as operações de crédito. A redução do IOF depende do impacto na arrecadação. Inicialmente, a proposta era zerar a alíquota, que hoje é de 6% para pessoas físicas e de 1,5% para as empresas. Entretanto, a perda de receita de R\$ 2,4 bilhões com a derrota na cobrança previdenciária de servidores da ativa e dos inativos fez a equipe econômica voltar atrás.

Queda do IOF terá impacto imediato

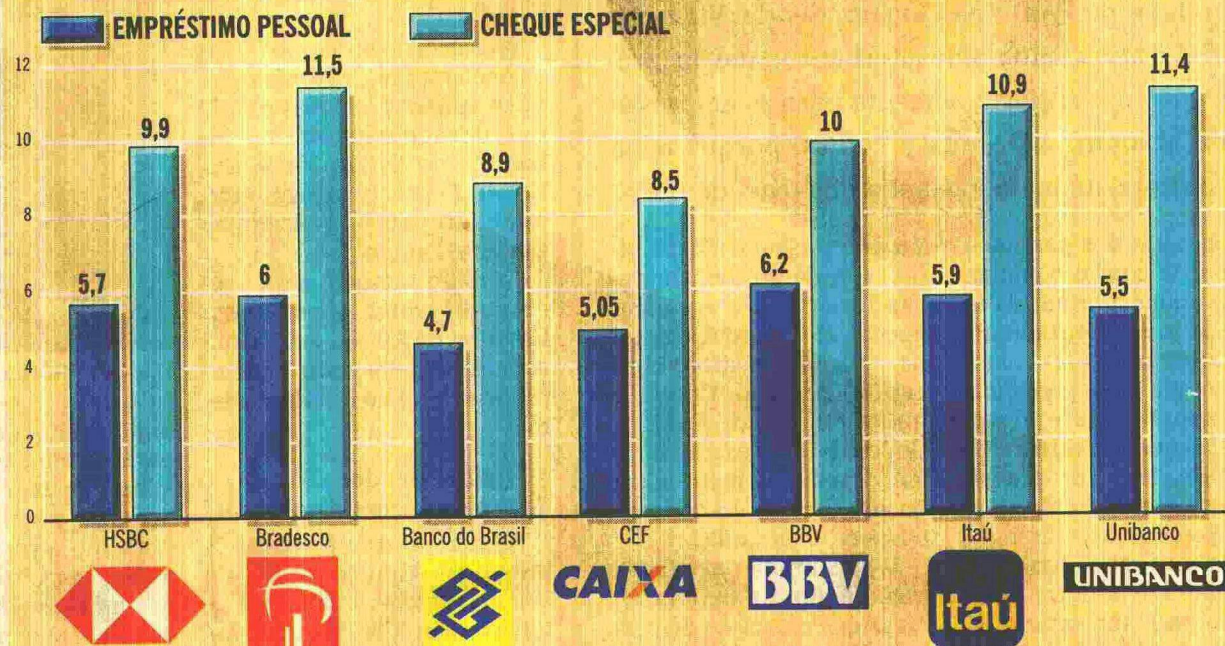
• Segundo os especialistas, as medidas que o Governo anuncia hoje terão efeitos imediatos, mas suaves. Para a maioria, a provável queda do compulsório sobre os depósitos à vista e a redução do IOF sobre empréstimos são medidas essenciais para derrubar o custo do dinheiro no país. Mas eles acrescentam que os juros ao consumidor só chegarão perto da taxa Selic quando a inadimplência cair e o Governo executar o ajuste de suas contas.

— Vamos repassar de imediato qualquer mudança no IOF, que representa cerca de 0,5 ponto percentual ao mês — disse Eduardo Wagner, sócio-diretor da financeira Cred/1.

Ele explica que o corte nos compulsórios vai demorar a ser sentido porque depende da ação dos bancos. A liberação do dinheiro dos compulsórios para o mercado torna o crédito mais barato porque aumenta a oferta de recursos. Mas os especialistas lembram que, com o déficit público elevado, esse excedente de dinheiro é absorvido pelo Governo, que emite títulos.

Como estão os juros do crédito

AS TAXAS DE JUROS NOS BANCOS (EM %)



Fonte: Pesquisa do Procon entre 9 e 10 de setembro.

TAXAS DE JUROS MÉDIAS MENSAIS COBRADAS PELOS EMPRÉSTIMOS ÀS EMPRESAS

O pacote de medidas a ser anunciado hoje pelo Governo deverá reduzir as taxas de juros do crédito direto ao consumidor, do cheque especial e de empréstimos pessoais, mas a queda deve beneficiar também as empresas, que tomam dinheiro emprestado para capital de giro.



Fonte: Anefac (pesquisa realizada entre os dias 13 e 20/09)

TAXAS DE JUROS MÉDIAS MENSAIS COBRADAS PELOS EMPRÉSTIMOS FEITOS ÀS PESSOAS FÍSICAS

As altas taxas de inadimplência vêm sendo usadas como justificativa para a cobrança de juros tão elevados no crédito em bancos e financeiras. As taxas de cartão de crédito, cheque especial e empréstimo pessoal estão entre as mais altas do mercado.

